



BR MOBILIDADE BAIXADA SANTISTA SPE S.A.

C.N.P.J. nº 21.659.864/0001-90

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. **d) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. **e) Risco com taxas de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade

de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas. **f) Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **Caixa e equivalentes de caixa:** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas demonstrações financeiras. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado. **Conta a receber e a pagar:** Registrados com base no valor nominal dos títulos e avaliado pelo conceito de custo amortizado. **Empréstimos, financiamentos e arrendamentos:** Registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Para a realização do cálculo do valor de mercado, foram utilizadas estimativas de taxa de juros para a contratação de operações com prazos e valores similares. O valor justo dos empréstimos e financiamentos, registrado com base nos juros contratuais de cada operação, não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

as diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual possa ser utilizado, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial do ativo ou passivo na transação que: • Não é uma combinação de negócios; • No momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Os créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados com base na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro/prejuízo fiscal; • Impostos diferidos (IR e CSLL) estão reconhecidos no passivo circulante para as diferenças temporárias de curto prazo e não circulante para as diferenças em que há segregação de curto e longo prazo. São mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o passivo será liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço; e • Impostos diferidos (IR e CSLL) relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em conta de ajuste de avaliação patrimonial também são registrados no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas aplicadas para a determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

22.2.3. Composição do imposto de renda e contribuição social e diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos correntes	(29.652)	(34.619)
Imposto de renda corrente	(21.981)	(25.329)
Contribuição social corrente	(8.403)	(9.654)
Receita Subvenção IRPJ	535	266
Receita Subvenção CSLL	197	98
Tributos diferidos	(4.316)	(2.904)
Imposto de renda diferido	(3.173)	(2.135)
Contribuição social diferida	(1.143)	(769)
Total	(33.968)	(37.523)

23. Cobertura de seguros (não auditado): Devido à natureza de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de desembolsos ocasionados, principalmente, por sinistros de trânsito. Para garantir exposição menor a estes riscos a Companhia possui cobertura de seguros conforme necessidades específicas de cada filial, contratos de prestações de serviços ou contratos de concessão, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros em conformidade com o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes. As coberturas de seguros são: **Responsabilidade civil para danos causados a terceiros:** São contratados Seguros de Responsabilidade (RCVLT).

Seguros contratados

	RCF-VLT	Vigência
Danos materiais (incêndio, queda de raio, explosão, implotão e fumaça)	100.000.000,00	23/05/2024 a 23/05/2025
Garantia obrigatória contratual: Os seguros de garantia são contratados pela concessionária, conforme exigência do poder concedente, em caso de irregularidades na prestação de serviço de transportes de passageiros.		
Beneficiário	Garantia	LMi
EMTU	Prestação de serviços	41.051.559,32
EMTU - VLT	Executante concessionário	100.000.000,00
CPFL	Compra e venda de energia	218.997,31

Outros seguros:

	Cobertura	Vigência
Seguros contratados		
Veículos de apoio	150.000,00	06/03/2024 a 06/03/2025
Fiança locatícia	144.000,00	10/06/2024 a 10/06/2025
Vida em grupo para colaboradores	37.319,60	01/12/2024 a 30/11/2025
Riscos diversos em quichês de venda de passagens	1.525.000,00	22/10/2024 a 22/10/2025
Seguro patrimonial (incêndios, roubos, danos materiais)	200.000,00 a 5.300.000,00	21/08/2024 a 21/08/2025

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.877	-	18.970
Contas a receber	-	-	-	15
Partes relacionadas	-	60.046	-	131.838
Outros créditos	-	9.966	-	5.457
Total	-	97.889	-	156.280

Passivos, conforme balanço patrimonial	31/12/2024		31/12/2023	
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Fornecedores	-	8.545	-	9.069
Risco sacado a pagar	-	35.032	-	10.602
Empréstimos e financiamentos	81.734	7.126	67.643	11.819
Arrendamentos a pagar	-	54.229	-	30.659
Arrendamentos por direito de uso	-	328	-	8.537
Consórcio	4.379	-	8.489	-
Partes relacionadas	-	198	-	1.885
Outras Obrigações	-	338	-	199
Total	86.113	105.796	76.132	148.900

Gestão de capital: A Companhia busca a otimização de sua estrutura de capital com a finalidade de satisfazer suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura que considere parâmetros adequados para os custos financeiros. O quadro a seguir demonstra a estrutura de capital da Companhia com o financiamento por capital próprio e por capital de terceiros.

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	(88.860)	(70.973)
Arrendamentos financeiros	(54.229)	(30.659)
Caixa e equivalentes de caixa	27.877	18.970
Debêntures a receber	77.496	-
Dívida líquida	(37.716)	(82.662)
Patrimônio Líquido	(154.861)	(145.053)
Total do capital (a)	(192.577)	(227.715)
Índice de alavancagem financeira (b)	19,6%	36,3%

(a) Total do capital é determinado por meio da somatória da dívida líquida com o patrimônio líquido; (b) Índice de alavancagem financeira é determinado pela divisão da dívida líquida pelo capital total. **22. Imposto de renda e contribuição social:** **22.1. Política contábil:** **Empresas tributadas com base no Lucro Real - Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) correntes e diferidos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base

nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 por ano para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, limitada a 30% do lucro real. A despesa do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em conta de Ajustes de avaliação patrimonial. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável de IR e base negativa de CSLL, respectivamente do exercício, a taxas de impostos decretadas na data da apresentação das demonstrações financeiras. **Imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos):** Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas

22.2. Imposto de renda e a contribuição social diferidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Diferenças Temporárias:		
Depreciação econômica x fiscal	(13.633)	(9.770)
Provisão de estimativa para crédito de liquidação duvidosa	-	1
Provisão para demandas judiciais e administrativas	65	241
Provisão para obsolescência	-	41
Impacto do arrendamento de direitos de uso	11	246
Totais débitos / créditos fiscais líquidos	(13.557)	(9.241)
Ativo não circulante	76	529
Passivo não circulante	(13.633)	(9.770)
Total	(13.557)	(9.241)

22.2.1. Análise da alíquota efetiva do imposto de renda e a contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, calculados pela aplicação da alíquota fiscal, combinada com as despesas debitadas ao resultado, estão assim apresentados:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	111.852	121.040
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal combinada	(38.030)	(41.154)

	31/12/2024	31/12/2023
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Provisões temporárias	(55)	(100)
Despesas não dedutíveis ou tributáveis	(376)	(366)
Adições permanentes	(9.660)	(8.875)
Exclusões permanentes	12.073	11.155
Incentivos fiscais - PAT	547	637
Incentivos fiscais - subvenção (Lei do Bem)	732	337
Incentivos à Cultura e Esporte	777	819
Parcela Isenta do Adicional de 10%	24	24
IRPJ e CSLL apurados	(33.968)	(37.523)
Corrente	(29.652)	(34.619)
Diferido	(4.316)	(2.904)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(33.968)	(37.523)
Alíquota efetiva	-30,4%	-31,0%

RELATÓRIO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)
As demonstrações do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024,

elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas como IFRS Accounting Standards), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de conti-

nuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2025



Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Edilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>